

PORTFÓLIO DE SERVIÇOS DGE



JANEIRO 2025

Conheça os
principais
produtos e
serviços
prestados.



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Departamento
de Gestão Estratégica

CONTEÚDO

3

O DGE

4

GESTÃO ESTRATÉGICA DO CNJ

7

GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO

9

GESTÃO SUSTENTÁVEL DO CNJ

11

ACESSIBILIDADE E APOIO À INCLUSÃO NO CNJ



PORTFÓLIO DE SERVIÇOS - DGE

O DGE

Prestamos assessoramento técnico à alta administração nas atividades relacionadas ao planejamento estratégico em âmbito institucional e nacional, à gestão de processos, à gestão sustentável e acessibilidade e inclusão do CNJ e aos estudos organizacionais e de normas.

Assessoramos a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento na coordenação das atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário, bem como a Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, no que tange à temática da gestão sustentável e da acessibilidade no Poder Judiciário.

Analisamos o alinhamento estratégico das propostas de políticas, programas, projetos e ações ao Plano Estratégico, ao Plano de Logística Sustentável do CNJ e à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Subsidiamos o Comitê de Governança Estratégica na avaliação da Estratégia do Conselho Nacional de Justiça.

Mantemos intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados à gestão estratégica.

Monitoramos e apresentamos a execução do planejamento estratégico do CNJ, utilizando as informações do portfólio de projetos institucionais, dos indicadores de desempenho e das metas. Monitoramos, também, o Plano de Logística Sustentável do CNJ.



“Realizamos o planejamento e impulsionamos ações que permitem ao CNJ alcançar, executar e obter a proficiência em sua missão institucional”

GESTÃO ESTRATÉGICA DO CNJ

Quem somos

A Divisão de Gestão Estratégica do CNJ – DIGE é unidade da estrutura orgânica do CNJ, vinculada ao Departamento de Gestão Estratégica – DGE, responsável por coordenar as atividades inerentes ao Planejamento Estratégico do CNJ, à gestão de processos e aos estudos organizacionais e de normas. Somos subdivididos em três seções: Seção de Planejamento Institucional - SEPIN, Seção de Estudos Organizacionais e de Normas – SEORG e Seção de Gestão de Processos – SEGEP.

A SEPIN

Realizamos as atividades relacionadas ao planejamento estratégico institucional. No âmbito da SEPIN, realizamos as seguintes atividades:

- Propomos metodologia de planejamento estratégico no âmbito do CNJ;
- Assessoramos a elaboração e revisão do plano estratégico e do glossário dos indicadores de desempenho e metas do CNJ;
- Monitoramos a estratégia:
 - a) solicitamos e consolidamos as informações das unidades do CNJ;
 - b) elaboramos relatórios de monitoramento da estratégia (bimestral, anual e do sexênio);
 - c) inserimos dados no painel da estratégia;
 - d) realizamos reuniões setoriais;
 - e) realizamos reuniões de Análise da Estratégia;
 - f) propomos e realizamos eventuais ajustes apontados pelas unidades.
- Assessoramos na construção de indicadores de desempenho, metas e de planos táticos;
- Analisamos o alinhamento dos planos estratégicos das unidades do CNJ e dos projetos institucionais propostos ao plano estratégico do CNJ, como também mantemos o painel de alinhamento entre processos de trabalho e objetivos estratégicos; e
- Elaboramos e implementamos o plano de comunicação da estratégia institucional.



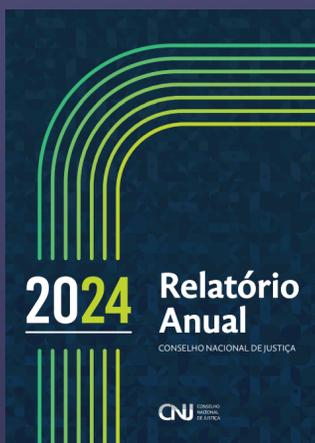
GESTÃO ESTRATÉGICA DO CNJ

A SEORG

É unidade do CNJ responsável pelas atividades relacionadas à estrutura orgânica do CNJ e à gestão dos atos normativos do órgão.

Principais responsabilidades:

- Elaboramos estudos sobre a alteração da estrutura orgânica do CNJ;
- Atualizamos o Manual de Organização do CNJ – documento que reúne as atribuições das unidades orgânicas dos CNJ;
- Realizamos a gestão negocial do sistema de atos normativos (atualizações diárias, revisões periódicas de todos os atos inseridos no sistema para garantia da confiabilidade das normas do órgão);
- Assessoramos as unidades, por eventual solicitação, na elaboração de atos normativos, sem prejuízo de propostas originárias da Seção;
- Revisamos, por eventual solicitação, as minutas de normativos elaborados pelas unidades - técnica legislativa;
- Coordenamos a elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Elaboramos o Relatório Anual de Atividades do CNJ a ser entregue ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo integrado ao Relatório de Gestão, com informações a serem prestadas ao TCU;
- Elaboramos o Relatório de Transição do CNJ, quando ocorre a alternância da gestão.



GESTÃO ESTRATÉGICA DO CNJ

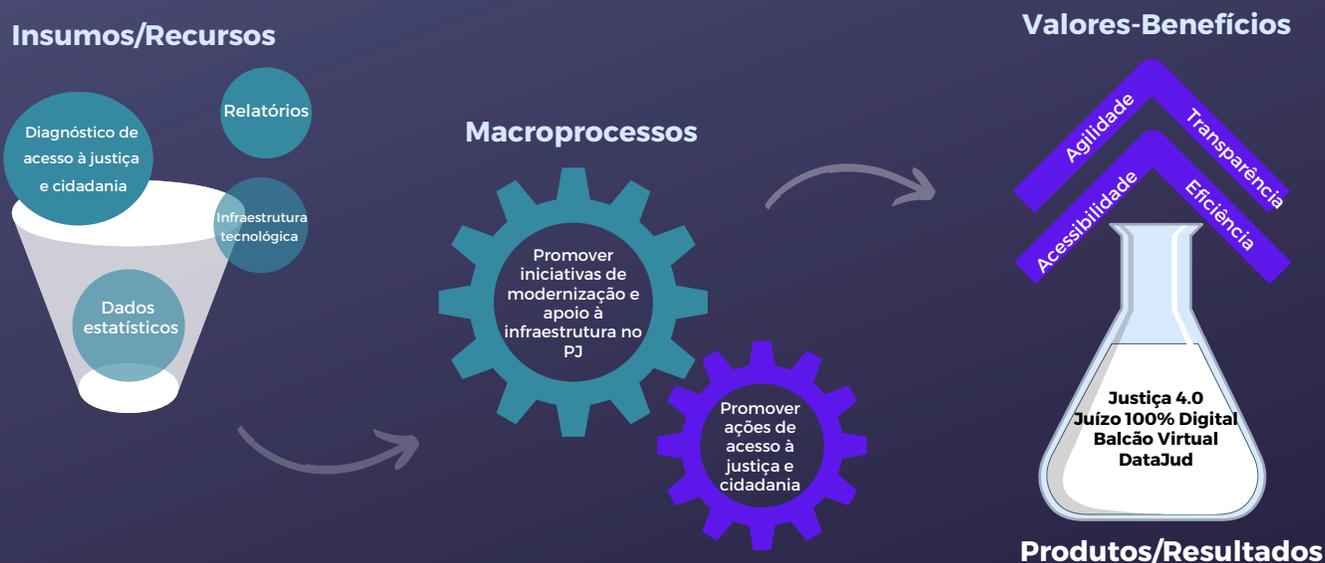
A SEGEP

Somos responsáveis pelas atividades relacionadas à gestão dos processos de trabalho do Conselho, para que os servidores e gestores possam tomar conhecimento e acessar os serviços prestados pela organização de forma simples e dinâmica.

Principais responsabilidades:

- Gerimos o portfólio de Macroprocessos e processos do CNJ;
- Gerimos Painel de Gestão de Processos do CNJ;
- Realizamos a modelagem e redesenho de processos;
- Propomos metodologia e cartilha de gestão de processos;
- Prestamos Consultorias em gestão de processos;
- Propomos melhorias nos processos de trabalho;
- Elaboramos e atualizamos a Cadeia de Valor do CNJ e acompanhamos dinâmica de geração de valores dos macroprocessos, os impactos gerados, o desdobramento, o alinhamento ao PE, e a repercussão no Modelo de Negócios;
- Monitoramos os indicadores de desempenho dos macroprocessos;
- Elaboramos e implementamos o plano de comunicação da Gestão de Processos do CNJ;
- Elaboramos, implantamos e acompanhamos projetos de racionalização de métodos e processos de trabalho, bem como prestamos consultoria quanto à implantação e acompanhamento de sistemas de gestão da qualidade no CNJ.

Exemplos da dinâmica de geração de valor de 2 macroprocessos do CNJ



GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO

Sobre nós

A Divisão de Gestão de Estratégica do Poder Judiciário - DGPJ é a unidade responsável por coordenar as atividades inerentes ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, compreendendo a formulação, o monitoramento, a avaliação e a comunicação da estratégia. Subdividimo-nos em duas seções: Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – SEPJU e Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia – SEMAE.

A SEPJU

Realizamos atividades relacionadas ao planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Auxiliamos na coordenação da formulação, da execução e da revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Coordenamos as atividades aderentes à Rede de Governança colaborativa do Poder Judiciário;
- Coordenamos a organização das reuniões preparatórias e do Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- Realizamos diagnósticos da Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Produzimos e divulgamos informações por meio de publicações relativas à Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Realizamos ações visando atender ao Cumprdec da Resolução CNJ n. 325/2020 relativa à Estratégia Nacional do poder Judiciário;
- Avaliamos e acompanhamos os processos participativos dos tribunais, em consonância com a Resolução CNJ n. 221/2016, visando atender requisito do Prêmio CNJ de Qualidade;
- Incentivamos as ações alusivas ao planejamento estratégico nos órgãos do Poder Judiciário;
- Realizamos a gestão negocial, análise de admissibilidade e apoiamos a avaliação técnica das boas práticas cadastradas do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário;
- Em cooperação com as unidades do CNJ, atuamos nas premiações que envolvem as boas práticas do Portal CNJ de Boas Práticas;
- Realizamos o evento Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário.



GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO

A SEMAE

Monitoramos e avaliamos a execução da Estratégia Nacional.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Propomos indicadores e metas em consonância com os parâmetros estabelecidos na Estratégia Nacional, promovendo, periodicamente as revisões e os ajustes necessários;
- Monitoramos e avaliamos os indicadores de desempenho da Estratégia Nacional;
- Apoiamos o processo de formulação da Estratégia Nacional;
- Consolidamos as propostas de metas e diretrizes estratégicas do Poder Judiciário;
- Monitoramos e avaliamos, por meio do Datajud, o desempenho dos tribunais nas Metas Nacionais processuais;
- Monitoramos e avaliamos, por meio do Sistema de Metas Nacionais, o desempenho dos Tribunais nas Metas Nacionais não processuais;

- Elaboramos o Glossário dos indicadores de desempenho da Estratégia Nacional;
- Prestamos assessoria técnica aos Tribunais com objetivo de esclarecer e auxiliar em temas relacionados ao acompanhamento das Metas Nacionais;
- Elaboramos relatórios com resultados referentes às Metas Nacionais e divulgamos os resultados das Metas Específicas que são enviados pelos segmentos de justiça;
- Monitoramos e avaliamos o ciclo de gestão das Metas Nacionais, disposto na Portaria CNJ N° 141 de 2024;
- Desenvolvemos o Painel dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com os resultados de cada tribunal;
- Elaboramos relatórios com resultados referentes aos indicadores de desempenho da Estratégia Nacional;

Metas >>> Nacionais do Poder Judiciário

- Elaboramos o Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário;
- Desenvolvemos o Painel das Metas Nacionais com os resultados de cada tribunal;

PAINEL DE INDICADORES DE DESEMPENHO

2021 ESTRATÉGIA NACIONAL 2026
REALIZAR JUSTIÇA É A NOSSA MISSÃO

- Auxiliamos na formulação de indicadores e metas relacionados ao planejamento estratégico institucional;
- Construímos o critério de avaliação relacionado às Metas Nacionais do Prêmio CNJ de Qualidade.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DO CNJ



“...fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.”

(Ailton Krenak)

A COSU

A Coordenadoria de Apoio à Governança de Sustentabilidade – COSU coordena a gestão sustentável do órgão, por meio da formulação, monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável do CNJ, bem como da sensibilização e reflexão para mudança de cultura, sendo ferramenta de governança importante para a tomada de decisões pela alta administração.

Principais responsabilidades:

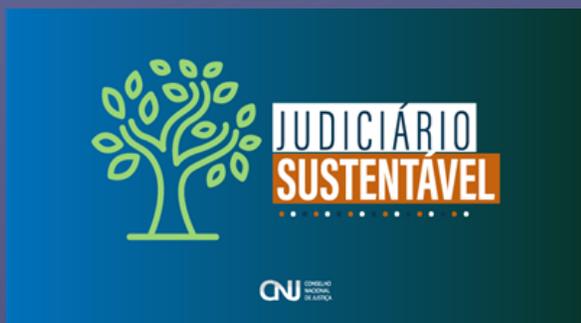
- Planejamos, implementamos e monitoramos, junto às unidades gestoras responsáveis, as metas anuais, assim como avaliamos o resultado dos indicadores de desempenho e das ações para o cumprimento da Resolução CNJ n. 400/2021, por meio do Plano de Logística Sustentável - PLS e do Plano de Ações;
- Somos responsáveis pela coordenação, o planejamento e o monitoramento do Programa Justiça Carbono Zero do CNJ, que compreende, entre outros compromissos, a elaboração do Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE). O plano contempla ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais, em conformidade com a Resolução CNJ n. 594/2024;
- Fornecemos orientações e mecanismos para garantir o cumprimento da Instrução Normativa CNJ n. 101/2024, que dispõe sobre práticas e medidas voltadas à promoção da sustentabilidade no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DO CNJ

Principais responsabilidades:

- Divulgamos, periodicamente, na intranet e no Portal do CNJ, os resultados da evolução do PLS/CNJ, por meio dos Relatórios de Desempenho do PLS;
- Estimulamos a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental, bem como a transformação atitudinal de todo o corpo funcional, por meio de matérias de sensibilização periódicas na Intranet e do impulsionamento à realização de cursos de capacitação;



- Fomentamos a inclusão, em interatividade com as áreas envolvidas direta ou indiretamente com as contratações, de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente;
- Fomentamos ações que estimulem:
 - a) a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;
 - b) a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável;
 - c) a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas;
 - d) o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
 - e) o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
 - f) a promoção da equidade e diversidade, combatendo a discriminação e assegurando o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia, e outras condições pessoais;
 - g) o controle de emissão de dióxido de carbono do CNJ, buscando a neutralidade de carbono, obtida a partir da redução e da compensação das emissões de GEE geradas pelo Conselho.

ACESSIBILIDADE E APOIO À INCLUSÃO NO CNJ

O Setor de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (SEACE) é responsável por planejar e implementar ações que promovam a igualdade de oportunidades, garantindo acesso aos serviços judiciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Suas atividades incluem a eliminação de barreiras, a promoção da inclusão de usuários e de trabalhadores(as) e o fortalecimento de uma cultura organizacional inclusiva e acessível.

Principais responsabilidades:

- Criamos e coordenamos planos e ações para promover acessibilidade, inclusão e suporte à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no âmbito do CNJ;
- Apoiamos as atividades e demandas da Comissão de Acessibilidade e Inclusão no Âmbito do CNJ;
- Propomos capacitações e ações para conscientizar o público interno do órgão sobre os direitos e o atendimento adequado às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Acompanhamos as ações relacionadas aos indicadores de acessibilidade previstos na Política de Acessibilidade do Judiciário;
- Participamos do acompanhamento funcional de servidores com deficiência;
- Consolidamos e fornecemos informações sobre os indicadores de acessibilidade do CNJ;
- Elaboramos relatório anual sobre as ações realizadas para acessibilidade e inclusão no CNJ;
- Acompanhamos o tema junto aos outros órgãos do Poder Judiciário.

